

## RESOLUÇÃO Nº 255/2010

*Dispõe sobre a composição da Banca Examinadora do VI Concurso Público.*

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição que lhe confere o artigo 9º, inciso I e XI, da Lei Complementar nº 65, de 16 de janeiro de 2003, tendo em vista a substituição de alguns membros da Banca Examinadora das provas orais do VI Concurso Público para ingresso na carreira da Defensoria Pública e dando cumprimento à decisão do Conselho Superior, exarada na 3ª sessão extraordinária, de 17/09/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar pública a composição da Banca Examinadora das provas orais, constituída pelos seguintes Defensores Públicos:

**DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL:** Jussara de Oliveira Lauria; Frederico Newman F. Araújo; Cleide Aparecida Nepomuceno. **DIREITO PROCESSUAL CIVIL:** Evelyn Maria Pereira Santa Bárbara; Frederico de Souza Saraiva; Gisely de Oliveira Milagres. **DIREITO PENAL:** Luiz Antonio Barroso Rodrigues; Artur Ferreira de Castro; Horácio Vanderlei Tostes. **DIREITO PROCESSUAL PENAL:** Ricardo Vilela Martins Ferreira; Wener Trindade Mendonça; Samantha Vilarinho Mello Alves. **DIREITO CONSTITUCIONAL:** José Ribamar Rubim Júnior; Daniela Duarte Quintão; Marcelo Paes Ferreira da Silva, Mário Lúcio Quintão Soares (OAB). **DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO:** Laércio Fusco Nogueira; Marco Paulo Denucci Di Spirito; Hellen Caires Teixeira. **LEGISLAÇÃO ESPECIAL:** Renato Faloni de Andrade; Miguel Arcanjo Soares César Guerrieri; Gustavo Trindade Pimenta. **LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS:** Beatriz Monroe de Souza; Ana Cláudia Almeida Costa Leroy; Georges Alessandro Amorelli Gomes.

Parágrafo único. A banca de cada conteúdo será coordenada pelo examinador mais antigo presente na arguição.

Art. 2º - Os membros da Comissão de Concurso e da Banca Examinadora das provas orais serão dispensados de suas atribuições nos respectivos órgãos de atuação durante o período de 11 de outubro de 2010 a 22 de outubro de 2010, devendo promover as medidas necessárias à regularidade do serviço.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 01 de outubro de 2010.

Andréa Abritta Garzon Tonet  
Defensora Pública-Geral